

**Atos Oficiais:**

**Secretaria de Zeladoria e Manutenção Urbana, através da fiscalização municipal, torna público que:**

Fica o senhor Wilson Gonçalves Rios, portador do CPN desconhecido e RG desconhecido, morados residente e/ou proprietário do imóvel localizado à Rua José Bonifácio, 01, bairro Centro Alto, neste município, identificado pelo CCI 1012843, ciente do Auto de Infração 03910 que diz:

Obstrução de passeio público com material proveniente de resto de construção, possivelmente da queda do muro, infringindo o Artigo 42 parágrafo 2º da Lei Municipal 3886/1995. Dada a sanção pela mesma lei em seu artigo 126, que estabelece o valor de R\$ 1.363,91 (hum mil trezentos e sessenta e três reais e noventa e um centavos) pela infração ao seu referido artigo 42, dada pela Lei 5077/2007. Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias a contar desta publicação para recursos junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires caso discorde com o Auto de Infração.

Corre um prazo de 10 dias para realizar a desobstrução do passeio público, e a destinação correta do material que se encontra no passeio em frente a sua propriedade, podendo incorrer em multas diárias no caso de não cumprimento, conforme a mesma Lei acima.

**REGULAMENTO PARA CONTINUIDADE DA 7ª CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DA CIDADE INICIADA EM 24/04/2024**

**CAPÍTULO I**

**Disposições Preliminares**

**Art. 1º.** Será realizada a continuidade da 7ª Conferência Municipal da Cidade que se iniciou no dia 24/04/2024, por iniciativa do poder público municipal, com o tema “Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”, em atendimento a Portaria MCID nº 175/2024, do Ministério das Cidades e da Portaria SDUH nº 2/2024, de acordo com o Decreto Municipal nº 7.572 de 26 de maio de 2025, na Escola Municipal Engenheiro Carlos Rohm - Unidade I, situada a Rua Formosa, nº 170, Centro, Ribeirão Pires – SP, no dia 11 de junho de 2025 com início às 18:30 horas e término às 21:40 horas.

**Art. 2º.** A continuidade da Conferência terá a primeira chamada às 18:30 horas. A segunda chamada será impreterivelmente às 19:00 horas e, com esta, se dará o início da 7ª Conferência Municipal da Cidade com qualquer número de presentes.

**Art. 3º.** A continuidade da Conferência terá duração máxima de 2:40 horas devendo se encerrar no todo as 21:40 horas. Se necessário, e a critério da comissão organizadora, poderá haver a prorrogação até as 22:00 horas.

**CAPÍTULO II**

**Da Comissão Organizadora**

**Art. 4º.** A Comissão Organizadora é a instância responsável pela gestão e organização da Conferência Municipal da Cidade, nomeada pelo poder público municipal através de Portaria publicada em Diário Oficial Municipal cuja composição se dá conforme estabelecida no Artigo 3º do Decreto nº 7.572 de 26 de maio de 2025.

**CAPÍTULO III**

**Dos Participantes e Do Credenciamento**

**Art. 5º.** Poderá participar da 7ª Conferência Municipal da Cidade qualquer pessoa maior de 16 anos, devidamente inscrita, assegurando a ampla participação de representantes da sociedade civil e do poder público.

**Art. 6º.** O credenciamento dos(as) participantes da 7ª Conferência Municipal da Cidade se dará pelo

preenchimento da lista de presença, constando nome completo, assinatura, telefone ou e-mail e a instituição que representa e será efetuado no dia 11 de junho a partir das 18:30 horas identificando-os(as) em segmentos.

**Art. 7º.** Os segmentos para credenciamento dos participantes são:

- I – Poder Público;
- II – Movimentos Populares;
- III – Trabalhadores representados por suas entidades sindicais;
- IV – Empresários;
- V – Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa;
- VI – Organizações não Governamentais;
- VII – Outros.

**Art. 8º.** As excepcionalidades surgidas no credenciamento serão tratadas pela Comissão Organizadora.

## CAPÍTULO IV

### Da Condução da Conferência

**Art. 9º.** A referida Conferência será aberta a toda sociedade e, será presidida e coordenada, nos termos desse regulamento pelo Secretário do Clima, Meio Ambiente e Habitação, ou por seu preposto previamente indicado, que fará a abertura e a composição da mesa.

**Art. 10º.** Após a execução dos Hinos Nacional e Municipal, haverá o pronunciamento de um dos membros da comissão organizadora, acerca dos objetivos da mesma e da sequência dos trabalhos a serem desenvolvidos, informando aos participantes sobre os procedimentos constantes deste regulamento, a serem observados durante a Conferência.

## CAPÍTULO V

### Dos Objetivos e da Programação

**Art. 11º.** Com o tema “Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”, a 7ª Conferência da Cidade tem como objetivos:

§1º. Analisar, propor e deliberar propostas com base na realidade local bem como eleger pessoas delegadas para a participação na Conferência Estadual das Cidades.

§2º. Proporcionar amplo debate acerca dos 4 (quatro) eixos escolhidos pela comissão organizadora, sendo:

- I – **Cidades Sustentáveis:** Saneamento Ambiental;
- II – **Cidades Inclusivas:** Pessoa com Deficiência (PCD);
- III – **Justiça Social e Gestão Democrática:** Direitos do Cidadão;
- IV – **Cidades Inclusivas:** Habitação de Interesse Social.

§3º. Prestar os esclarecimentos à população e permitir a manifestação dos interessados, por ordem

de inscrição, com tempo de 3 (três) minutos para cada interessado.

**Art. 12º.** A ordem dos trabalhos respeitará a seguinte sequência:

I – Formação da mesa e cerimônia de abertura (10 minutos);

II – Apresentação do tema “Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social” e dos 4 eixos a serem abordados pelos respectivos grupos de trabalho em cada sala temática (20 minutos);

III – Separação dos grupos de trabalho por eixos, explanação do painelistas e discussão do grupo de trabalho (1:20 horas);

IV – Plenária final com as propostas de cada eixo a partir das prioridades definidas pelos respectivos grupos de trabalho e eleição de pessoas delegadas para a Conferência Estadual das Cidades (50 minutos);

VI – Encerramento realizado pelo Secretário do Clima, Meio Ambiente e Habitação.

## CAPÍTULO VI

### Dos Grupos De Trabalho Por Eixo Temático

**Art. 13º.** Os grupos de trabalho serão organizados de modo que cada grupo discuta um dos 4 eixos da Conferência.

**Art. 14º.** Deve-se assegurar que todos os eixos sejam discutidos por, pelo menos, 1 grupo de trabalho.

**Art. 15º.** Cada grupo de trabalho deve construir propostas sobre o respectivo eixo debatido, selecionando as 5 propostas mais relevantes para a Plenária Final.

**Art. 16º.** As propostas construídas devem ser registradas por cada um dos grupos.

## CAPÍTULO VII

### Da Plenária Final

**Art. 17º.** A Plenária Final é o momento de priorização das propostas e eleição da delegação que participará da Conferência Estadual.

**Art. 18º.** As deliberações na Plenária Final serão definidas a partir das prioridades estabelecidas pelos grupos de trabalho considerando os 4 eixos da Conferência.

**Art. 19º.** As propostas construídas pelos grupos de trabalho serão apreciadas e priorizadas pelos participantes, com o objetivo de definir as deliberações finais que serão encaminhadas para a sistematização pela Comissão Organizadora Estadual.

**Art. 20º.** A Plenária Final deve resultar em um conjunto de no máximo 20 propostas, de até 400 caracteres com

espaço cada, sendo 5 propostas por eixo temático.

**Art. 21º.** Os resultados da Conferência Municipal da Cidade serão encaminhados para a Comissão Organizadora Estadual por meio da respectiva plataforma ou em instrumento próprio definido pela Comissão Organizadora Estadual.

## CAPÍTULO VIII

### Da Eleição Das Pessoas Delegadas

**Art. 22º.** Na Plenária Final, serão 13 pessoas eleitas delegadas para participar da Conferência Estadual das Cidades, conforme quantitativo e critérios definidos na Portaria MCID nº 175/2024 do Ministério das Cidades, na Portaria SDUH nº 2/2024 e/ou nos demais documentos pertinentes.

**Art. 23º.** A escolha dos 13 delegados para a Conferência Estadual das Cidades, entre os participantes da 7ª Conferência Municipal da Cidade, deverá observar a seguinte composição:

**42,3% do Poder público** - gestores, administradores públicos e legislativos - federais, estaduais, municipais e distritais - são os representantes de órgãos da administração direta, empresas públicas, fundações públicas e autarquias em seus respectivos níveis, e membros do Legislativo: vereadores, deputados estaduais e distritais, deputados federais e senadores;

**I - 26,7% de Movimentos populares** - são as associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia e demais entidades voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

**II - 9,9% de Trabalhadores representados por suas entidades sindicais** - sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores legalmente constituídos e vinculados às questões do desenvolvimento urbano;

**III - 9,9% de Empresários** - entidades de qualquer porte, representativas do empresariado, relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, inclusive cooperativas voltadas à questão do desenvolvimento urbano.

**IV - 7,0% de Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa** – entidades representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas e outras entidades vinculadas à questão do desenvolvimento urbano. Enquadram-se também conselhos profissionais - regionais ou federais.

**V - 4,2% de Organizações não Governamentais** - entidades do terceiro setor com atuação na área do desenvolvimento urbano.

§1º. A escolha das pessoas delegadas para a Conferência Estadual se dará em conformidade com o número de vagas destinadas ao município pelo Regulamento da Conferência Estadual das Cidades.

§2º. Serão eleitas 13 pessoas suplentes de pessoas delegadas para a Conferência Estadual paritariamente.

§3º. Na impossibilidade de a pessoa delegada titular estar presente na Conferência Estadual, a respectiva pessoa suplente será convocada para exercer a representação do município.

## **CAPÍTULO IX**

### **Da Forma De Participação Popular**

**Art. 24 °.** A participação dos interessados observará os seguintes procedimentos:

§1º. É assegurado ao participante o direito de manifestação referente ao tema objeto da Conferência, sendo de forma oral ou por escrito.

§2º. As manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro das inscrições de fala, devendo ser informado o nome completo do participante e entidade que representa.

§3º. Poderão ser realizadas manifestações por escrito acerca do tema em pauta, as quais serão recolhidas para leitura pelo painelistas ou responsável pelo apoio de cada eixo.

§4º. O responsável pelo apoio de cada eixo temático fará um relatório do que foi produzido, entre apresentação do painelistas e as propostas dos participantes, gerando um relatório unificado ao final da Conferência, que deverá ser deliberado pela plenária.

§5º. Conforme determinação estadual serão eleitos até 13 (treze) delegados e seus respectivos suplentes para participação na Conferência Estadual, e, de acordo com o regimento da Conferência Municipal da Cidade, os delegados e suplentes deverão pertencer ao mesmo segmento.

## **CAPÍTULO X**

### **Da Disponibilização Dos Documentos**

**Art. 25º.** Os relatórios e/ou demais documentos produzidos na Conferência serão anexados ao processo administrativo nº 1.569/2024, estando disponíveis a todos os interessados para futuras consultas na Secretaria do Clima, Meio Ambiente e Habitação.

## **CAPÍTULO XI**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 26º.** Após o acontecimento da 7ª Conferência Municipal da Cidade, será lavrado o correspondente Relatório Técnico, contendo a íntegra dos debates, passando a ser parte integrante do processo administrativo correspondente, juntamente aos demais documentos pertinentes, e também o encaminhamento dos documentos comprobatórios à equipe de organização da Conferência Estadual.

**Art. 27º.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora Municipal.

**Art. 28º.** O presente regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

---

Secretário de Clima, Meio Ambiente e Habitação  
Temístocles Cardoso Cristofaro